

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.242 - SE (2019/0338558-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADOS : FRANCISCO JOSÉ SANTOS AQUINO E OUTRO(S) - SE000345B
AMANDA MARIA PRADO LIMA - SE009170
RECORRIDO : ANTÔNIO JOSÉ ROCHA
ADVOGADO : ARLINDO JOSÉ NERY NETO - SE004511
INTERES. : JOSE ROCHA SOBRINHO - ESPÓLIO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL HIPOTECÁRIA. EXTINÇÃO DO FEITO. OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. DECURSO DO PRAZO TRIENAL. DECRETO 57.663/66. ALEGAÇÃO DE INTERRUPÇÃO DE PRAZO TRIENAL EM VIRTUDE DA APLICAÇÃO DA LEI 12.844/2013, COM AS DEVIDAS ALTERAÇÕES. RECHAÇADA. PRESCRIÇÃO TRIENAL DA NOTA DE CRÉDITO Nº FIR 94/005-8 SE DEU EM 26.02.2009, APÓS TRÊS ANOS DO SEU VENCIMENTO FINAL EM 26.02.2006 E A PRESENTE DEMANDA AJUIZADA EM 03.03.2011. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. À UNANIMIDADE." (fl. 295)

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 489, II, e 1.022 do CPC/15, sustentando, em síntese, (a) negativa de prestação jurisdicional do Tribunal de origem, uma vez que, quando do exame da prescrição da demanda, deixou de emitir juízo a respeito das sucessivas leis federais que suspenderam a execução de dívidas fundadas em cédulas de crédito rural, adiando, assim, o termo final do prazo de prescrição e (b) a ausência de fixação de honorários em sentença impede a majoração desse encargo, em sede de apelação.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 354).

É o relatório.

Após a prolação da sentença que extinguiu o feito em razão da prescrição, a instituição financeira apelou ao TJSE arguindo que, não obstante a ação tenha sido ajuizada depois de 3 (três) anos do vencimento da cédula de crédito rural, leis federais publicadas sucessivamente e no curso do prazo prescricional impediram a cobrança da dívida em face do recorrido. Desse modo, uma vez obstado o exercício da pretensão processual, a Corte de origem deveria ter reconhecido a ocorrência de causa suspensiva do prazo prescricional, permitindo, assim, a continuidade da demanda.

Contudo, o Tribunal de origem confirmou a declaração de prescrição da pretensão sem apreciar a referida tese, mesmo depois de a parte insurgente ter insistido na sua apreciação em sede de embargos declaratórios (fls. 429/436). Constatou-se do acórdão proferido nos embargos:

"Perfilhando o voto -condutor do acórdão embargado, no entanto, percebe-se que fora a matéria devidamente enfrentada, tendo sido suficientemente analisados os pontos suscitados pelas partes. Cumpre ressaltar que atinente à alegação de que no decisum fustigado houve omissão, tem-se que, como há muito proclamam a boa doutrina e a jurisprudência superior, o magistrado, ao exercer seu mister judicante, não se encontra obrigado a fundamentar sua decisão expondo todos os dispositivos de lei suscitados pelas partes, desde que as questões postas tenham sido resolvidas, o que de fato ocorreu no caso dos autos." (fl. 462)

Assim, tendo em vista que a alegação da instituição bancária é relevante - isto é, é capaz de alterar o resultado da controvérsia -, torna-se necessário que o Poder Judiciário emita juízo fundamentado a respeito, sob pena de negativa de prestação jurisdicional.

Cita-se da jurisprudência do STJ:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTAÇÃO POR REFERÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. DECISÃO MANTIDA.
(...)

2. Deixando a Corte local de se manifestar sobre questões relevantes, apontadas em embargos de declaração que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo, tem-se por

configurada a violação do art. 535 do CPC/1973, devendo ser provido o recurso especial, com determinação de retorno dos autos à origem, para que seja suprido o vício.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 726.311/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 17/10/2019)"

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial para anular o acórdão proferido em sede de embargos de declaração (fls. 455/463), a fim de que os autos retornem ao Tribunal de origem, onde a controvérsia acerca suspensão da prescrição deverá ser examinada.

Fica prejudicado o pedido relativamente aos honorários de sucumbência.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator